Disposições finais

Art. 36.º Ficam revogados o decreto n.º 3:815, de 2 de Fevereiro de 1918, os artigos 118.º, 119.º, 120.º, 121.º, 122.º, 123.º e 124.º do regulamento geral orgânico do Ministério da Marinha, aprovado por decreto n.º 9:720, de 23 de Maio de 1924, e bem assim o decreto n.º 16:875, de 17 de Maio de 1929.

Art. 37.º Este decreto substitue o decreto-lei n.º 27:059, de 30 de Setembro de 1936, alterado pelo decreto-lei n.º 28:422, de 18 de Janeiro de 1938.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Agosto de 1938. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *João Pinto da Costa Leite* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 28:923

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, depois de ouvido o Ministro das Finanças, nos termos do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, nos termos do § 2.º do seu artigo 80.º, o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 35.000\$, devendo a mesma importância ser adicionada à verba de 60.000\$ inscrita no orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o ano económico de 1938 no capítulo 4.º «Superintendência dos Serviços da Armada—Hospital da Marinha», artigo 172.º «Despesas de higiene, saúde e conforto», n.º 1) «Luz, aquecimento, água, lavagem, limpeza e outras despesas».

Art. 2.º É anulada a quantia de 35.000\$ na verba de 60.000\$ inscrita nos mesmos capítulo e orçamento, artigo 171.º «Material de consumo corrente», n.º 3) «Combustíveis para confecção de dietas, produção de vapor e esterilização de água, lubrificantes».

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêlé se contém.

Paços do Governo da República, 16 de Agosto de 1938. — ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Decreto-lei n.º 28:924

1. Foi criado pelo decreto n.º 27:537, de 25 de Fevereiro de 1937, o Fundo de fomento da colónia de Moçambique, e o plano formulado acha-se presentemente em plena execução. Afigura-se ao Governo chegado o momento de estabelecer, indo aliás ao encontro do reiterado desejo da colónia, o Fundo de fomento de An-

gola, definindo-se e autorizando-se as receitas que devem constituir-lo e a respectiva aplicação.

Na verdade, pode considerar-se saneada e em ordem a situação financeira da província e regularizado o regime das suas dívidas. Desde 1931-1932 o orçamento encontra-se equilibrado, e êste equilíbrio é corroborado pelas contas de gerência, que desde o referido ano fecham com saldos mais ou menos elevados. A seguir ao deficit de 42:862 contos em 1930-1931, as contas revelam os seguintes excessos das receitas sobre as despesas:

	Contos
1931-1932	358
1932-1933	9:589
1933-1934	7:504
1934-1935	8:221
1935-1936 (dezóito meses)	11:161
1937 (previsão)	30:000

Para êste resultado contribuíram, por um lado, a nova disciplina financeira e as restrições que a colónia se impôs, e, por outro, os sacrifícios feitos pela metrópole em anos sucessivos quanto a encargos de empréstimos e finalmente com a solução adoptada para a dívida. Os decretos n.ºs 28:199 e 28:200, de 20 de Novembro de 1937, estabeleceram o regime de favor em que ficou a dívida de Angola para com a Mãe-Pátria e regularizaram as dívidas intercoloniais. Por uma ou outra forma se aliviou o orçamento e se esclareceram as situações criadas.

Os encargos anuais totais da dívida pública de Angola representam presentemente 18:581 contos, e a receita total ascende a 213:770 contos, dos quais 196:370 de receita ordinária. Nestes termos os encargos da dívida absorvem 8,69 por cento da receita total e 9,43 por cento da receita ordinária. E se bem que, a partir de 1943, os encargos da dívida subam em virtude do disposto no § 5.º do artigo 2.º do decreto n.º 28:199 e do § 4.º do artigo 8.º do contrato com a Companhia de Diamantes de Angola, o péso que representam está longe de poder considerar-se exagerado.

Por outro lado a economia de Angola progride sensivelmente e apresenta sob o aspecto do seu comércio com o exterior incontestável solidez. Deduz-se o facto da marcha das importações e exportações e do valor do saldo da balança comercial; e quando se tem presente a baixa de cotações dos géneros coloniais durante a maior parte dos últimos anos e a crise económica, não pode deixar de notar-se o valor do esforço e da tenacidade desenvolvidos pelos colonos desta província de Portugal. Os números são os seguintes:

Anos	Importação		Exportação		
	Quantidades Toneladas	Valores Contos	Anos	Quantidades Toneladas	Valores Contos
1932	81:526	191:489	1932	123:133	199:877
1933	79:566	175:970	1933	167:441	246:863
1934	68:751	167:022	1934	162:849	242:024
1935	79:378	165:020	1935	145:767	222:095
1936	75:302	147:866	1936	245:747	307:905
1937	77:048	214:886	1937	252:411	343:773

2. Para constituir um fundo de fomento com que pudesse custear-se um plano de estudos e obras de certa importância a realizar numa série de anos Angola poderá recorrer às seguintes receitas:

a) Parte do saldo verificado nas contas de gerências dos anos findos;

b) Produto de empréstimos, um dos quais foi previsto